

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: OS DESAFIOS DA ATUAL CRISE MUNDIAL

André Furtado*

Para entender a originalidade do quadro que se descortina à nossa frente, há que situá-lo no contexto da trajetória que conduziu a sociedade industrial para o atual impasse. A fase do pós-guerra que se estende de 1945 a 1973 foi a mais próspera da economia mundial. Nela foram geradas as contradições que estão na origem da crise contemporânea que, a rigor, é única, pois transcende a esfera do econômico, por colocar limites ambientais ao crescimento. Na mesma medida, encontram-se sob questionamento os mecanismos tradicionais de superação das crises baseados no Estado/Nação e os modelos interpretativos do passado. Estes tendem a definir o atual momento como uma repetição de rupturas já ocorridas na história da humanidade.

* Economista, Professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

A PROSPERIDADE DO PÓS-GUERRA: DIFUSÃO DO FORDISMO

No início deste século teve início a difusão de um sistema de inovações de produto e de processo, centradas no automóvel, na aviação, na química e na produção em massa de bens mecânicos. Os novos processos baseados na mecanização do trabalho, parcelamento das tarefas, linha de montagem e standardização dos produtos finais cristalizaram-se no que se convencionou chamar de paradigma técnico-econômico fordista¹.

¹ Utilizamos o sentido de paradigma técnico-econômico definido por Perez, no qual se juntam a dimensão tecnológica e sócio-econômica (PEREZ, C. *Microelectronics, long waves and the world structural change: new perspectives for developing countries*. In: *World Development*, 13(3): 441-63, 1985). Numa perspectiva mais centrada nas relações sociais subjacentes ao processo de trabalho, temos a abordagem de Piore & Sable de paradigma tecnológico (PIORE, M.J. & SABLE, C.F. *The Second Industrial Divide*. USA: Basic Books, 1984).

O paradigma técnico-econômico fordista pressupunha para a sua expansão uma grande abundância de recursos naturais, principalmente de energia, na forma de hidrocarbonetos. Os Estados Unidos, por serem um país ricamente dotado desses recursos, tornaram-se o palco privilegiado da sua expansão, já na primeira metade deste século. Esse novo paradigma requeria, para desenvolver suas potencialidades, uma nova forma de consumo e de distribuição de renda. De fato, para que a produção em massa de bens de consumo duráveis encontrasse mercado, era necessário reformular o padrão de consumo do capitalismo do século XIX. Como resposta a este desafio surgiu a sociedade de consumo de massas inaugurada junto com o paradigma técnico-econômico fordista. Os operários tornaram-se também os consumidores dos automóveis. Já no final dos anos 20, a produção de automóveis nos Estados Unidos alcançava 4,5 milhões de unidades, quase a metade da atual.

A difusão do paradigma fordista ao restante dos países industrializados capitalistas se deu no pós-guerra, a partir do estabelecimento da nova ordem mundial regida pelos Estados Unidos. Dois elementos importantes agiram nessa direção. Por temerem o avanço do comunismo, os Estados Unidos intensificaram a ajuda econômica à Europa e ao Japão. Ademais, o multilateralismo inaugurado com a nova ordem possibilitou um processo de integração comercial e financeira sem igual na história².

² A prosperidade do pós-guerra e a conseqüente difusão do novo paradigma tecnológico "fordista-energo-intensivo" fora das fronteiras americanas foi facilitado pela formação do mercado mundial de petróleo. As exportações de petróleo aumentaram de forma exponencial até 73, permitindo que as economias da Europa e do Japão tivessem processos de industrialização acelerados, baseados em importações desses recursos (FURTADO, A. *A crise energética mundial e o Brasil*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 11:17-29, jan.1985).

As mudanças que ocorreram dentro do sistema de regulação das economias nacionais foram igualmente importantes. O vazio que era normalmente gerado pela carência de demanda efetiva do setor privado nos períodos de recessão, a qual representava a causa determinante das crises de subemprego apontada por Keynes, foi preenchido pela

atuação do Estado. Através de políticas de gastos públicos o Estado logrou controlar o nível de atividade econômica. Também sob o manto do Estado se fortaleceram sistemas de poupança compulsória que serviram para cobrir certos gastos sociais (aposentadoria, saúde). Esses fundos tiveram um papel importante no financiamento do investimento. Em síntese, o "Welfare State" permitiu, ao mesmo tempo, pleno emprego e crescimento redistributivo. De modo que a fase expansiva do pós-guerra apresentou, nos países avançados, um grande dinamismo econômico e foi, ao mesmo tempo, socialmente homogeneizante.

O crescimento dos países do Leste Europeu pode ser considerado como uma variante do fordismo, embora com certas especificidades. O "mix" tecnológico que esses países adotaram comportava tecnologias baseadas no paradigma anterior ao fordismo, cuja viga mestra eram o carvão e a siderurgia. Só mais recentemente houve uma passagem ao petróleo e ao gás natural como fontes energéticas primárias dominantes. Esses países têm crescido aceleradamente durante a fase expansiva do pós-guerra. Todavia, a sociedade de consumo de massas surgiu muito depois e com considerável atraso tecnológico.

Com a difusão do paradigma técnico-econômico fordista a participação ativa do Terceiro Mundo no cenário da economia mundial passou a depender, cada vez mais, da capacidade de cada país tirar proveito do novo contexto internacional. A emergência do novo paradigma associou-se ao declínio da antiga forma de comércio internacional baseada no intercâmbio de manufaturas por matérias primas³. Com isto, as economias primário-exportadoras do Terceiro Mundo perderam posição relativa dentro do comércio internacional. A única maneira de enfrentar esse novo quadro da economia mundial consistiu em percorrer o caminho da industrialização. Os processos de industrialização, que estiveram, de modo geral, baseados na substituição de importações, foram dados pelo tamanho dos mercados internos, restritos a uma minoria da população que reproduzia os modelos de consumo dos países avançados.

A abertura dos países desenvolvidos às importações de produtos manufaturados provenientes do Terceiro Mundo foi sempre seletiva, permitindo apenas a um reduzido grupo de exportadores bem sucedidos lograr realizar trajetórias virtuosas de especialização no mercado internacional baseadas sobre vantagens comparativas dinâmicas.

³ Com exceção do petróleo o conjunto dos produtos primários tiveram sua demanda crescendo abaixo do PIB e muito abaixo do comércio de mercadorias. As novas formas de comércio que se desenvolveram no pós-guerra baseiam-se no intercâmbio de manufaturas entre países desenvolvidos.

De modo geral, o sucesso das experiências de industrialização nos países do Terceiro Mundo, orientadas tanto para o mercado interno, como para as exportações, dependeu da capacidade dos Estados Nacionais em promover e articular políticas de industrialização com horizontes de longo prazo.

Não resta dúvida que a difusão do paradigma fordista, ao lado de um crescimento econômico e material sem igual na história da revolução industrial⁴, aumentou enormemente as desigualdades entre renda per capita do Norte e do Sul⁵. É também verdade que nos países do Sul mais dinâmicos aumentaram consideravelmente as desigualdades sociais internas⁶. Somente nos países do Norte o crescimento econômico foi acompanhado de uma redução das desigualdades sociais.

A CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL

Existem várias correntes de interpretação das causas e da natureza da atual crise mundial. Alguns autores, que se inscrevem na corrente das ondas longas⁷, atribuem a causa principal da crise ao esgotamento do paradigma tecnológico fordista. Outros, na linha da escola da regulação, dão ênfase aos desajustes da esfera financeira e ao esgotamento das relações de exploração do trabalho baseada na produção em massa⁸. Certos autores, por outro lado, têm destacado o papel da crise energética e ecológica⁹.

A busca de uma visão mais abrangente requer que essas dimensões se integrem dentro de um mesmo esquema explicativo. Uma tentativa nesse sentido foi feita por um estudo destacável sobre a evolução da economia mundial¹⁰. Esse estudo aponta que, entre o final da década de 60 e o começo dos anos 70, se manifestaram três importantes rupturas dentro da economia mundial que interromperam o ciclo expansivo do pós-guerra.

A primeira foi a ruptura tecnológica, que ocorreu no final dos anos 60, quando a taxa de crescimento da produtividade do setor industrial nos países líderes industrializados (EUA e Alemanha) começou a cair. Essa queda irá logo se estender ao conjunto dos países industrializados e da economia mundial. Os autores convergem em atribuir a causa dessa queda ao esgotamento do paradigma técnico-econômico fordista. Observa-se, na época, um esgota-

⁴ MARGLIN, S. *Lessons of the Golden Age of Capitalism*. Tokio: Research for Action, WIDER-UNU, 1990.

⁵ HERRERA, A.O. et alii. *Un monde pour tous, le modèle mondial latino-américain*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

⁶ FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

⁷ FREEMAN, C. & PEREZ, C. *Structural Crises of Adjustment, Business Cycle and Investment Behaviour*. In: DOSI et alii (Orgs). *Technical Change and Economic Theory*. London and New York: Printer Publishers, 1988.

⁸ AGLIETTA, M. *Crisis y Regulación Capitalista*. México: Siglo XXI, 1976.
BOYER. *Technical change and the theory of regulation*. In: DOSI et alii (Orgs). Op.cit.

⁹ PUISEUX, L. *Vers un changement d'époque*. In: *Histoire. Quelle Crise?* Paris: Hachette. (6):139-56, Oct.nov.dec. 1980.
SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Economie et Humanisme et Editions Ouvrières, 1980.
HERRERA, A.O. et alii. Op. cit.
FURTADO, A. Op.cit.

¹⁰ CEP II. *L'Economie mondiale: la montée des tensions*. Paris: Economica, 1983.

¹¹ O ano de 1968 foi particularmente agitado no plano social em diversas regiões do mundo. Parece ser um marco na rebelião de movimentos sociais de diversas índoles contra os sistemas sócio-políticos da época. As greves operárias selvagens, que fugiam ao controle das organizações sindicais estabelecidas, ao lado do movimento estudantil, foram o marco desse período.

¹² O desequilíbrio que se cria entre a perda da posição competitiva da economia americana e o papel do dólar como moeda internacional coloca em questão o sistema do "gold exchange standard". Porém a volta ao padrão ouro do pré-guerra é impensável. Somente um sistema de moeda internacional tendo como lastro o desenvolvimento do comércio internacional superaria o impasse criado pelo esgotamento do padrão dólar (FURTADO, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

mento das inovações de produto e de processo, como das relações de trabalho fordista. Estas chegam a um quase limite, sendo uma das causas do aumento da contestação social nesses países¹¹.

A segunda ruptura ocorreu dentro da esfera financeira, em 1971, quando o governo americano decidiu abandonar o sistema de paridades fixas, com outras moedas fortes e com o ouro, estabelecido a partir dos acordos de Bretton Woods, em 1944. Este ato não foi propriamente a causa da crise do sistema financeiro senão uma decorrência frente à impossibilidade dos bancos centrais das nações líderes capitalistas em controlar os fluxos financeiros internacionais. Esse processo resultou, em grande parte, do desajuste que se criou entre o declínio da economia americana frente às outras economias desenvolvidas (Japão e Europa) e a posição do dólar como moeda internacional.

O sistema de regulação da economia mundial, que se estabeleceu a partir dos acordos de Bretton Woods, foi concebido no marco da liderança incontestada da economia americana e quando as economias nacionais ainda eram relativamente fechadas. Portanto, ele não se adequava mais ao novo quadro policêntrico e internacionalizado que se já descenhava dentro da economia mundial a partir da década de 60¹².

O resultado desse desajuste foi a formação de uma imensa massa de capital fluante, cuja instabilidade afetou os mecanismos de regulação da economia centrados no Estado. Essa desregulação teve, evidentemente, profundas conseqüências sobre o dinamismo das economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, encerrando a fase expansiva do pós-guerra.

Os ganhadores com esse processo de desregulação foram os setores internacionalizados do sistema econômico (grandes empresas e bancos internacionais), que passaram a adquirir cada vez maior agilidade para realizar lucros especulativos e burlar os mecanismos de controle nacionais.

O grande perdedor foi o estado keynesiano, com suas políticas sociais e de pleno emprego. Os governos desses países não puderam mais recorrer ao velho mecanismo de baixar a taxa de juros, e de aumentar o gasto público, para alcançar o pleno emprego. A fuga de capitais associada à inflação e ao aumento das importações inviabilizaram qualquer política keynesiana. Daí o sucesso crescente das receitas neo-liberais que, de certo modo, fizeram o jogo

da globalização da economia, mas que estiveram orientadas para beneficiar os agentes internacionalizados em detrimento dos mecanismos de regulação em mãos do Estado. A perda de poder do Estado teve obviamente conseqüências desfavoráveis no plano social dos países desenvolvidos.

¹³ A crise energética surge basicamente de duas contradições. A primeira que ocorre no plano da produção de petróleo entre os países exportadores e os países industrializados/grande companhias. A segunda se dá no seio das sociedades avançadas na formulação da política nuclear que pretendia ser a tábua da salvação para a crise energética. Trata-se do conflito entre a tecnologia e movimentos sociais anti-nucleares. O desfecho será uma derrota do projeto energético-intensivo nesses dois planos (PUISEUX, L. Op.cit.).

¹⁴ A taxa de crescimento do PIB dissociou-se do consumo energético e de outros recursos naturais, nos países desenvolvidos (CRIQUI, P. Impacts du premier choc pétrolier sur les consommations d'énergie finale. In: *Economie Prospective Internationale*, 11(3), 1982. TILTON. Atrophy in metal demand. In: *Materials and Society* 10(3), 1986).

A terceira ruptura se deu no plano energético, em 1973, com o primeiro choque do petróleo. Esta ruptura nos parece ser a mais singular de todas e revela a especificidade da crise atual em sua dimensão sociedade/meio ambiente. Porque, de fato, o choque do petróleo¹³ interrompeu a trajetória de crescimento da economia mundial baseada no uso extensivo de recursos naturais, principalmente de hidrocarbonetos. Ele demarcou o esgotamento do paradigma fordista energético-intensivo e da fase de crescimento econômico e material acelerado do pós-guerra. As conseqüências sobre o consumo material foram muito profundas pois manifesta-se, desde então, uma autêntica ruptura dentro da trajetória tecnológica da economia mundial¹⁴.

No entanto, ao nosso ver, a crise de 73, além de energética, foi por excelência ambiental, porque ela demarcou uma mudança na relação sociedade industrial globalizada/ecossistema terrestre. Acontecimentos como a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, e a publicação do relatório *Limites para o crescimento* do Clube de Roma foram marcos importantes dentro de uma virada na tomada de consciência no plano internacional de que o planeta Terra é limitado e que por essa razão aumenta a interdependência entre os diferentes países do planeta. Percebe-se uma importante tomada de consciência, principalmente nos países avançados, que se traduziu pelo surgimento de movimentos sociais ecologistas, feministas etc.

A questão ecológica e principalmente dos limites do crescimento material foi afastada temporariamente do panorama das perspectivas prováveis da sociedade industrial, por numerosos estudos prospectivos que se encarregaram, durante a década de 70, de desmentir a possibilidade de limites materiais ao crescimento apontadas pelo estudo do Clube de Roma¹⁵.

A situação de relativa folga no mercado de matérias primas, que caracterizou a década de 80, veio de certa forma a desmentir o diagnóstico pessimista do esgotamento próximo das reservas de recursos não renováveis. O au-

¹⁵ OCDE. *Interfutures, facing the futures*. Paris, 1979. LEONTIEFF, W. et alii. *The Future of World Economy: a United Nations Study*. New York: Oxford University, 1977.

mento das reservas mundiais de petróleo, em função do esforço de investimento e do progresso tecnológico, além da redução do ritmo de crescimento da demanda passaram a indicar uma aparente folga com relação ao futuro, o que a queda do preço do petróleo na segunda metade dos anos 80 confirmava.

Esse quadro de relativa folga na oferta de bens minerais omite, porém, a escassez a longo prazo, principalmente de hidrocarbonetos, fora da zona da OPEP. A crise dos anos 70 e 80 é a causa principal desse alívio momentâneo, além do importante papel que desempenhou a difusão do novo paradigma tecnológico.

Esse quadro de aparente otimismo se encerrou no final da década de 80, quando ocorre um fantástico ressurgimento da tomada de consciência dos limites materiais ao crescimento. Desta vez, o problema chegou pela ameaça ecológica, a qual, nas projeções habituais, sempre aparecia como a mais distante. Com a comprovação empírica da destruição da camada de ozônio e do aumento da temperatura do planeta, em função das emissões de CFC (Clorofluorcarbonetos) e gás carbônico, além da mensuração, via satélite, do desmatamento, gerou-se uma tomada de consciência, em nível internacional, de que os limites ambientais estavam muito mais próximos do que se imaginava. Os movimentos ecologistas, que cresceram muito com a batalha anti-nuclear dos anos 70, retomaram desta vez um fôlego ainda maior. Esta tomada de consciência internacional dos limites ambientais está por detrás dos debates que animam a ECO-92.

As três rupturas: a tecnológica, a monetária e a energética definem de certo modo os planos nos quais se desenrola a crise atual. Nesses diferentes planos está em curso uma crescente globalização da economia mundial. Diante desse quadro, o Estado-Nação perde peso como instância reguladora. Ao mesmo tempo, os problemas gerados pelo crescimento material são cada vez mais complexos, à medida em que assistimos à introdução da lógica dos limites ambientais dentro da racionalidade econômica.

TRANSFORMAÇÕES E IMPASSES RECENTES

A atual crise, ao mesmo tempo que é original, coloca desafios também únicos para a humanidade. Esses de-

safios requerem, para serem devidamente equacionados, a consolidação de autênticos mecanismos de regulação internacional sobre os agentes econômicos, principalmente do segmento transnacionalizado da economia mundial. Eles exigem também a implantação de mecanismos de controle ambiental de índole internacional. As esferas econômica e ambiental indicam ambas a necessidade dessas instâncias reguladoras.

Por outro lado, a possibilidade de que a sociedade industrial alcance um estado de equilíbrio com o meio ambiente, estabelecendo um teto ao consumo material, pressupõe, preliminarmente, que existam igualdade social e satisfação das necessidades básicas do conjunto da população mundial. Ademais, o modelo de consumo dessa sociedade terá que ser muito mais austero em consumo material do que atualmente vigora nos países ricos.

A busca da igualdade social e de um novo sistema de regulação são duas metas que se entrelaçam profundamente e têm um valor tanto internacional quanto nacional, quando se pensa em superação durável da atual crise.

No entanto, a saída que vem sendo adotada pelos países capitalistas líderes para enfrentar a crise não envolve as dimensões reguladora e redistributiva que mencionamos. Ao contrário, essa saída baseia-se sobre a concentração da riqueza e a tentativa de desregulação patrocinada pelo "neo-liberalismo". O ajuste neo-liberal permitiu que as economias desenvolvidas atravessassem o duro impacto do segundo choque do petróleo em 78-79 e retomassem o crescimento da produtividade a partir de 82. A desregulação e a crise funcionaram como um mecanismo de transferência de recursos desde o setor público, as classes trabalhadoras e o Terceiro Mundo para as grandes empresas. Com isto, a difusão das novas tecnologias (micro-eletrônica e novos materiais) se intensificou.

Esse processo de difusão do novo paradigma está, no entanto, ocorrendo a um custo social muito alto, nos países centrais. De fato, as tecnologias intensivas em informação, além de mais econômicas no uso de energia e de capital, o são também no uso de mão-de-obra. De modo que o pleno emprego que fora logrado durante a fase expansiva fordista torna-se cada vez mais difícil, sendo somente alcançado nas economias mais dinâmicas (Japão e Suécia). Nos outros países observa-se uma crescente dualização da sociedade, na qual estão, de um lado, os integra-

dos, ainda em maioria, e, de outro, os marginalizados, um grupo em franca expansão.

O advento do novo paradigma técnico-econômico nos países centrais vem acompanhado também por profundas transformações nas relações entre blocos. Os Estados Unidos e mesmo a Europa estão em franco declínio em relação ao bloco asiático¹⁶. O Japão, que surge como a grande potência emergente, deverá ultrapassar os Estados Unidos na virada do próximo milênio. A ascensão da economia japonesa é uma das características mais marcantes do pós-guerra. Porém, se no período pré-73 o desenvolvimento acelerado da economia desse país parecia com um "catching up" das nações líderes, no período pós-73 se constata um fenômeno diferente. Esse país passa a assumir a liderança do processo de difusão do novo paradigma, ao colocar-se na dianteira da competição comercial dos produtos tecnologicamente mais dinâmicos. Pode-se afirmar que a economia japonesa acelerou o processo de difusão internacional das novas tecnologias ao adotar uma política comercial de baixar os preços desses bens no mercado internacional. Desta forma, as empresas desse país foram deslocando, mercado por mercado, segmento a segmento, as empresas européias e americanas que desfrutavam de quase-rendas tecnológicas. Os exemplos são bem conhecidos e vão dos relógios à indústria automobilística.

Se bem é correto afirmar que o acirramento da competição, dentro da economia mundial, funcionou como acicate para o desenvolvimento tecnológico e a sua difusão, não é menos verdade que o ajuste neo-liberal restringiu este processo fundamentalmente a economias do Norte, com os desajustes sociais e de desequilíbrio entre países que assinalamos.

Os países do Terceiro Mundo foram praticamente excluídos desse processo de reconversão tecnológica da economia mundial. A causa se situa na crise da dívida externa, que reverteu os fluxos de capital¹⁷ entre Norte e Sul durante a década de 80, em favor dos primeiros, principalmente da convalescente economia americana. Com isto, a recessão se instalou na maioria dos países do Terceiro Mundo reduzindo o investimento e achatando o consumo. Logicamente que, nesse contexto, não foram geradas condições favoráveis para a difusão das novas tecnologias.

Além do peso da dívida externa, a redefinição da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) que está em curso

¹⁶ Além das diferenças que existem no plano dinamismo produtivo, a maneira pela qual se processa o atual ajuste está conduzindo a profundos desajustes macroeconômicos e de fluxos financeiros. Os Estados Unidos têm uma poupança líquida interna baixíssima e está recorrendo à poupança externa para cobrir os seus gastos com investimento (BLANCHARD et alii. *World Imbalances - WIDER 1989 Report*. UNU, Tokio).

¹⁷ Estamos nos referindo aos fluxos reais e não aos financeiros. Essa distinção é muito importante, na medida em que certos países desenvolvidos, por sua posição no sistema financeiro internacional, usufruem de uma posição excedentária no Balanço de Capitais, embora tenham déficits comerciais importantes.

18 Trata-se fundamentalmente de bens manufaturados intermediários (petroquímicos, aço, alumínio etc.).

19 A economia brasileira ilustra esse tipo de escolha. Os bens intermediários aumentaram consideravelmente sua presença dentro das exportações brasileiras e da própria estrutura produtiva do país. As indústrias de bens intermediários aumentaram sua participação na pauta de exportações brasileiras de 5,8%, em 1977, para 28,7%, em 1990. Essas mesmas indústrias passaram de 30% do PIB industrial, em 1970, para 36,8%, em 1985 (TORRES, H.G. *A emergência das indústrias "sujaas" no Brasil: elementos para o posicionamento brasileiro na UNCED-92*. Brasília, mimeo., fev. 1992).

20 O consumo per capita dos bens intermediários caiu muito nos países desenvolvidos e mesmo frente ao PIB (GOLDENBERG, J. et alii. *Energy for Development*. World Resources Institute, set. 1987. TILTON. Op.cit.).

21 A elasticidade energia/ PIB aumentou no período pós-73 nos países do Terceiro Mundo, principalmente após o segundo choque do petróleo, enquanto nos países desenvolvidos ela reduziu-se consideravelmente.

compromete a adoção de uma trajetória tecnológica ambientalista sustentável por parte dos países do Terceiro Mundo. As atividades energia-intensivas¹⁸ do Primeiro Mundo estão migrando para países do Terceiro Mundo. Essa transformação produtiva está implicando um sério ônus para os países do Terceiro Mundo.

De fato, essas atividades cujos investimentos foram, em parte, responsáveis pelo endividamento externo da década de 70, serviram a pagar o serviço da dívida na década seguinte. Além de possuir custos econômicos demasiadamente elevados para economias carentes de capital, essas atividades são muito poluidoras e têm um consumo elevado de energia.

A escolha de apostar na exportação desses bens¹⁹ não nos parece ser adequada em virtude do advento do novo paradigma. De fato, os bens industriais intermediários apresentam, nos países industriais, que são a principal fonte de demanda no comércio internacional, uma baixa elasticidade renda; o que significa que o consumo cresce muito abaixo da renda. No caso do consumo dos principais metais verifica-se, até, uma queda do consumo per capita²⁰.

Em suma, os países do Terceiro Mundo parecem estar se aprofundando dentro da trajetória tecnológica fordista, em função do próprio processo de ajuste frente à crise²¹, enquanto o Primeiro Mundo está interessado no novo paradigma.

Esses fatos demonstram que o atual ajuste "neo-liberal" conduz os países do Terceiro Mundo no sentido de uma trajetória tecnológica socialmente e ambientalmente perversa. Ao estar concentrando a renda em nível internacional e dificultando a propagação das novas tecnologias, as quais constituem um dos elementos potenciais cruciais para superar a crise, esse ajuste torna inviável uma saída global para a crise.

Por outro lado, os países do Leste Europeu parecem estar sendo fortemente penalizados pela atual crise. As economias destes países não logram adquirir dinamismo tecnológico endógeno, tornando-se as grandes vítimas da mudança em curso dentro da economia mundial. De fato, o sistema político-social que foi eficiente para reproduzir o processo de industrialização pesada, baseada no uso extensivo de recursos naturais, entrou em processo de acumulação, quando este passou a requerer um maior conteúdo de conhecimento. A organização social excessivamente

te centralizada, hierárquica e autoritária desses países agiu como um freio sobre a difusão de progresso técnico dentro do sistema produtivo, a qual sempre ocorre de forma extremamente dispersa. Mais do que isso, os agentes econômicos mal ou bem passaram a sabotar ou a desviar do mercado oficial parte da riqueza. O setor agrícola foi o que mais sofreu com o processo de crescente ineficiência do sistema econômico.

Esses países, ao saírem do modelo de planejamento centralizado para adotar receitas neo-liberais patrocinadas por jovens economistas ambiciosos do FMI, no fim da década passada e no começo desta, estão, no entanto, submetendo a violentas terapias de choques cujos impactos sociais e econômicos demonstram ser extremamente negativos. Por outro lado, é pouco provável que os países ricos, cada vez mais avaros, consigam e queiram realizar a transfusão de capital e de tecnologia necessária para fazer ingressar essas combatidas economias dentro do novo paradigma²².

²² Mesmo a Alemanha Oriental, que gozou de condições favoráveis e que era a mais rica entre as economias socialistas, não parece conseguir emergir da crise. Ao contrário, a Alemanha Ocidental está cada vez em maiores dificuldades, em razão do custo das ajudas.

Portanto, o ajuste "neo-liberal", que se afigura como única saída para a crise, não conduz nem sequer a uma solução de crescimento econômico para cada um dos grandes blocos de países que compõem a economia mundial. A falta de mecanismos de regulação, a não ser daqueles de desregulação das políticas nacionais que promovem as agências internacionais, principalmente o FMI, coloca sérias dúvidas quanto a qualquer saída conservadora para a crise. A recessão que atualmente assola as economias dos países desenvolvidos, colocando um fim à retomada da segunda metade dos anos 80, vem a corroborar esse diagnóstico.

Do ponto de vista da relação sociedade/meio-ambiente, o ajuste "neo-liberal", ao aprofundar as desigualdades tanto entre Primeiro e Terceiro Mundo como dentro destes países, tornou-se uma causa importante da manutenção de uma forte pressão sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis em escala mundial. De fato, esse ajuste, que foi imposto ao Terceiro Mundo, conduziu a um aumento relativo das atividades energo-intensivas e a uma redução da difusão das novas tecnologias em virtude da recessão, prejudicando sobremodo essa relação.

Os países do Primeiro Mundo passaram a olhar para a prolongação do paradigma fordista no Terceiro Mundo como sendo uma ameaça a sua própria sobrevivência. De fato, as projeções mostram que, seguindo as atuais tendên-

²³ Trata-se de um jogo onde os ganhos de cada um dos participantes deverá necessariamente provir da perda de pelo menos um dos outros. Isto explica a indiferença dos países desenvolvidos frente às inúmeras reclamações dos países em desenvolvimento diante dos custos sociais demasiado altos do atual ajuste.

²⁴ Uma solução que está sendo proposta, na ECO-92, como uma maneira de enfrentar os desafios ambientais futuros consiste em dar um acesso aberto, restringindo os direitos da propriedade intelectual, para as tecnologias ambientalmente sustentáveis. Essa proposta tem enfrentado forte oposição dos países desenvolvidos, em particular da Europa e do Japão.

cias, a maior parte do incremento do consumo material provirá de países do Terceiro Mundo, principalmente daqueles que estão em processo de industrialização. Como esse consumo está diretamente associado à emissão de poluentes, fica claro que o crescimento do Terceiro Mundo se constitui numa ameaça global. Embora isto não seja sempre explicitamente colocado, existe uma clara decepção que a lógica dos limites, que se afigura cada dia mais evidente, conduz, em nível do desenvolvimento internacional, a um jogo de soma zero²³.

Por outro lado, a solução de facilitar a difusão de novas tecnologias ambientalmente sustentáveis aos países do Terceiro Mundo é vista com extrema desconfiança pelos países líderes²⁴. Estes percebem que a aceleração da difusão e da conseqüente capacitação tecnológica do Terceiro Mundo constituir-se-ão numa ameaça a sua própria hegemonia.

Portanto, a lógica do atual ajuste nos parece essencialmente enganosa e de certa forma oculta quais são as potenciais saídas para a atual crise.

RESPOSTAS À CRISE

Afirmar que existe a possibilidade de um desenvolvimento sustentável e socialmente desejável talvez seja ousado dado o grau de incerteza quanto à irreversibilidade de certos processos de deterioração ambiental, como a destruição da camada de ozônio ou do acúmulo de gás carbônico na atmosfera.

No entanto, existem alguns elementos potenciais que deverão permitir enfrentar a crise de uma maneira mais criativa. O primeiro elemento é a difusão do novo paradigma intensivo em informação. Este é capaz de alterar completamente a relação extensiva entre crescimento econômico e consumo material. É verdade que essas transformações estão ocorrendo em economias altamente desenvolvidas, onde as necessidades materiais básicas da população estão satisfeitas e onde, conseqüentemente, existe uma baixa elasticidade renda do consumo material; ao que se junta uma crescente marginalização de importantes franjas da população, o que explica em parte a queda do consumo material.

Todavia, o impacto potencial do novo paradigma tecnológico sobre o consumo material pode ser revolucionário, dando mais folga ao ajuste da sociedade industrial com os limites ambientais, além de liberar o homem do trabalho²⁵. Os analistas concordam em afirmar que esse paradigma ainda apresenta um grande potencial de inovações primárias e secundárias.

²⁵ Este tema do potencial libertador das novas tecnologias não foi objeto de muitas considerações neste texto. Porém trabalhos como os de Gorz e Herrera e alii., têm dado maior ênfase a esta dimensão fundamental do progresso técnico que possibilita um futuro com relações sociais completamente diferente daquele que caracterizou a sociedade industrial (GORZ, A. *Métamorphoses du Travail - Quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988. HERRERA, A.O. et alii. *Las nuevas tecnologías y el futuro de América Latina. Riesgo y oportunidad*. The United Nations University, 1991).

Ademais, apenas os desdobramentos que resultariam da difusão das novas tecnologias disponíveis já são revolucionários para o Terceiro Mundo, porque permitiriam que esses países alcançassem a satisfação das necessidades básicas e muito mais, a custos de capital e com impactos ambientais muito inferiores ao que se imaginava²⁶. É evidente que o mesmo raciocínio pode ser aplicado aos países do Leste, na medida em que a difusão do novo paradigma se constituiria numa grande oportunidade de lhes proporcionar maior viabilidade ambiental, além de permitir que a economia resultante de recursos materiais pudesse ser destinada à satisfação das necessidades de consumo da população.

²⁶ O estudo de Goldenberg et alii (Op.cit.) coloca como meta alcançar o nível de consumo energético dos países europeus desenvolvidos durante a década de 70. A partir do uso de tecnologias eficientes (lâmpadas, geladeiras, automóveis etc.) esse nível de satisfação material poderia ser alcançado por toda a população mundial com um consumo energético per capita equivalente ao do Brasil na atualidade.

O segundo elemento potencial se localiza no seio das formações sociais. Afinal, as saídas para a crise dependem fundamentalmente das relações de força entre os diferentes projetos políticos, sustentados pelos seus respectivos valores, de cada um dos grupos sociais. Atualmente, os movimentos sociais são as forças políticas mais propensas em dar sustento às transformações estruturais que respondem criativamente aos desafios da atual crise.

²⁷ PUISEUX, L. Op.cit. e PIORE & SABLE. Op.cit.

De fato, as mudanças em curso na trajetória tecnológica dos países desenvolvidos foram condicionadas, em grande parte, pela emergência dos movimentos sociais. Eles colocaram em questão a saída nuclear frente à crise do petróleo e foram um foco de contestação ao modelo de dominação social fordista²⁷. Eles são, conseqüentemente, os protagonistas dos valores emergentes que se constituem numa autêntica contestação daqueles dominantes da sociedade capitalista. Seu papel, também, não foi desprezível na queda dos regimes comunistas do Leste Europeu (Polônia, Tcheco-Eslováquia, RDA).

Ao nosso ver, a atual cena política está formada de três projetos sociais diferentes. Temos, em primeiro lugar, o projeto "neo-liberal", que é francamente hegemônico no momento atual. Este projeto é claramente internacionalizante, porém atua a favor da desregulação e de desigual-

dades sociais crescentes.

A este projeto se opõe o cada vez mais fraco projeto nacional desenvolvimentista, estabelecido nos países comunistas e em certos países nacionalistas do Terceiro Mundo. Esse projeto, além de ser extremamente predatório ao ambiente, se caracteriza pelo autoritarismo político interno. A atitude tomada por estes países consiste em frear os mecanismos de controle internacional, tanto no nível político (defesa dos direitos humanos), como no ambiental. Essa atitude está fundamentalmente deslocada frente à realidade atual globalizante da economia mundial, além de se tornar socialmente inviável por negar autonomia política aos indivíduos. Não é de se estranhar o recuo crescente dessa posição em âmbito internacional. Ela, no fundo, se constitui numa herança do paradigma fordista e de seu modelo autoritário de regulação social.

O projeto político que emerge como verdadeira alternativa ao atual modelo "neo-liberal" se situa no plano dos movimentos sociais internacionalistas - ecologistas, direitos humanos e pacifistas. Não resta dúvida que esses movimentos veiculam certos valores culturais, que se constituem numa verdadeira alternativa ao pensamento liberal dominante. O mais interessante parece ser a crescente tomada de consciência da interdependência entre as diferentes regiões do mundo, o que os leva a partir para soluções universais baseadas de modo geral sobre direitos básicos como os de igualdade, de liberdade e de usufruto de um meio ambiente saudável.

Os movimentos sociais com consciência e projetos internacionalistas, que não são todos, mesmo entre os ecologistas²⁸, representam a principal força política emergente da atual cena internacional. Eles têm logrado influir crescentemente sobre os processos decisórios de muitos países, desenvolvidos como subdesenvolvidos. Sua atuação é maior nas nações capitalistas hegemônicas, Estados Unidos e Alemanha, mas é menor no Japão.

A saída para a atual crise está em caminhar no sentido de uma crescente interdependência e globalização da sociedade industrial/economia mundial. Os agentes privilegiados dessa transformação serão esses atores internacionalizados emergentes. Ao mesmo tempo esse processo de globalização pressupõe a consolidação de instâncias reguladoras, tanto em nível nacional como internacional, ao lado de profundas mudanças na redistribuição de renda. A par-

²⁸ Viola define quatro diferentes posições no cenário político da ECO-92: essas posições derivam do cruzamento de duas linhas; a primeira linha separa os nacionalistas dos globalistas; a segunda, ambientalistas de não-ambientalistas; com isto temos os Nacionalistas, Globalistas, Ambientalistas-Nacionalistas e Ambientalistas-Globalistas (VIOLA, E.J. *Notas sobre a recente dinâmica política internacional com relação aos problemas ambientais globais*, mimeo. Florianópolis: UFSC, fev. 1992).

tir dessas transformações do quadro sócio-institucional, a difusão do novo paradigma técnico-econômico poderá permitir um processo de desenvolvimento sustentável para a humanidade.